

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	14
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	16
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	17
2.5 Medições não contábeis	18
2.6 Eventos subsequentes as DFs	21
2.7 Destinação de resultados	22
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	25
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	26
2.10 Planos de negócios	27
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	29
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	30
5.2 Descrição dos controles internos	39
5.3 Programa de integridade	51
5.4 Alterações significativas	55
5.5 Outras informações relevantes	56

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As avaliações, opiniões e comentários constantes desta seção 2 do Formulário de Referência traduzem a visão e percepção dos diretores da Companhia sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, e visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar (i) as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2022 e 2023; (ii) as mudanças nas principais linhas dessas Demonstrações Financeiras de período para período ou data para data, conforme o caso; e (iii) os principais fatores que explicam essas alterações.

As informações constantes desta seção 2 do Formulário de Referência relacionadas aos planos, previsões, expectativas sobre eventos futuros e estratégias da Companhia constituem estimativas e declarações futuras, que estão fundamentadas, em grande parte, nas perspectivas atuais, projeções sobre eventos futuros e tendências que afetam ou podem afetar as atividades da Companhia, sua situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação, participação de mercado, margens, perspectivas, negócios, setor de atuação e/ou preço de mercado de seus valores mobiliários.

Embora a Companhia acredite que estejam baseadas em premissas razoáveis, essas estimativas e declarações futuras estão sujeitas a diversos riscos e incertezas e são feitas com base nas informações que a Companhia dispõe na data deste Formulário de Referência. Em vista desses riscos e incertezas, as estimativas e declarações futuras constantes deste Formulário de Referência não são garantias de resultados futuros e, portanto, podem vir a não se concretizar, estando muitas das quais além do controle ou capacidade de previsão da Companhia. Por conta desses riscos e incertezas, o investidor não deve se basear exclusivamente nessas estimativas e declarações futuras para tomar sua decisão de investimento.

Alguns valores e percentuais constantes desta seção 2 do Formulário de Referência foram arredondados para facilitar a sua apresentação e, dessa forma, os valores totais apresentados em algumas tabelas constantes desta seção 2 do Formulário de Referência podem não representar a soma exata dos valores que os precedem.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

(R\$ milhares)	2023	2022	2021
<b>Receita Líquida das Vendas</b>	<b>1.608.505</b>	<b>1.631.761</b>	<b>1.356.199</b>
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	179.529	157.450	46.577
<b>Lucro Líquido</b>	<b>-53.827</b>	<b>-71.099</b>	<b>12.023</b>
<b>EBITDA (1)</b>	<b>158.557</b>	<b>144.880</b>	<b>104.734</b>
Caixa e equivalentes de caixa	32.712	70.523	38.582
Dívida Bruta	464.539	464.250	396.038
<b>Dívida Líquida (2)</b>	<b>431.827</b>	<b>393.727</b>	<b>357.456</b>
Dívida Líquida/EBITDA	2,72	2,72	3,41
Patrimônio Líquido / Dívida Líquida	0,0270	0,1739	0,3824

(1) EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): lucro líquido antes das despesas financeiras líquidas, do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido da depreciação e da amortização e depreciação do ativo de direito de uso.

(2) Dívida líquida é composta pela Dívida Bruta (que contempla empréstimos, financiamentos e emissão de títulos) menos caixa e equivalentes de caixa.

#### Receita Líquida das Vendas:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou uma leve diminuição na receita líquida de vendas, com uma variação de -1,4% em relação ao ano anterior. Apesar desse cenário, a empresa atingiu crescimento nos segmentos TL, e-commerce e DCC Industry. Por outro lado, o segmento de transporte dedicado (FTL) enfrentou desafios devido ao fraco contexto macroeconômico, enquanto no segmento Florestal, o desempenho do ano ficou aquém do ano anterior, impactado por churn forçado de clientes com baixa rentabilidade, efeitos do fenômeno El Niño e redução das operações dedicadas.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia teve um aumento na receita líquida de vendas de 20,3% em relação ao ano anterior, explicado principalmente pelo volume de novos contratos e acordos comerciais.

#### Caixa gerado pelas atividades operacionais:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresentou aumento no caixa gerado pelas atividades operacionais em 7,3%, em comparação com o ano anterior. Esse aumento foi principalmente em decorrência negociações de prazos e parcelamentos com fornecedores e parcelamento de impostos, necessário para cobrir o aumento em nosso "contas a receber" durante o exercício.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresentou um aumento no caixa gerado pelas atividades operacionais em 238,0%, em comparação com o ano anterior. Esse aumento foi decorrência do melhor resultado operacional da história da companhia, obtido principalmente no segundo trimestre de 2022. Esse resultado foi obtido através de renegociações dos nossos preços junto aos clientes, com o intuito de repor os aumentos dos insumos.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### Lucro Líquido:

A Companhia vem atingindo desempenho operacional positivo, mesmo com todas as adversidades do mercado em 2023. A Companhia finalizou o ano com um prejuízo de R\$ 53,8 milhões. Esse resultado decorre principalmente pelas taxas de juros que se mantiveram elevadas durante 2023, impondo um custo financeiro da ordem de R\$ 159,6 milhões no ano, o que explica, em grande parte, esse resultado.

Em 2022, a Companhia finalizou o ano com um prejuízo de R\$ 71,1 milhões. Esse resultado decorre principalmente devido ao aumento dos juros a partir do 1S22, impactando o resultado negativamente em R\$ 109,5 milhões.

**EBITDA:** (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*, ou Lucros antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização)

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia alcançou um EBITDA de R\$ 158,6 milhões, refletindo uma performance robusta. Esse resultado é atribuído à manutenção da carteira de clientes, ao eficiente repasse dos custos, ao foco na racionalização das despesas e à ampliação da alavancagem operacional Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia atingiu EBITDA de R\$ 144,9 milhões.

### Dívida Bruta:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia manteve seu endividamento estável, sem alterações significativas. Apesar do considerável impacto dos encargos financeiros decorrentes da taxa Selic ao longo de 2023 sobre os empréstimos adquiridos, a Companhia demonstrou comprometimento ao realizar o provisionamento e o pagamento dos juros devidos.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Dívida Bruta da Companhia se manteve relativamente estável, comparado a 2022, e totalizou R\$ 464,5 milhões, enquanto a Dívida Líquida somou R\$ 431,8 milhões.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia teve aumento na sua dívida bruta, decorrente da captação de empréstimos e financiamentos para capital de giro e pelo aumento da taxa SELIC que ocorreu a partir do final do 2T21, no qual impactou em aumento dos encargos financeiros sobre os empréstimos tomados pela Companhia.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### Dívida Líquida/EBITDA:

A Dívida Líquida é equivalente à soma da Dívida Bruta (a soma de empréstimos e financiamentos e debêntures circulante e não circulante) deduzindo o valor de Caixa e equivalentes de caixa dividido pelo EBITDA LTM. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Dívida Líquida/EBITDA da companhia se manteve estável em comparação com o ano anterior.

No final de 2022, a Dívida Líquida da Companhia apresentou uma redução na relação entre Dívida Líquida/EBITDA de 20,3% em comparação a 2021. Esta redução deve-se principalmente ao aumento do EBITDA gerado em 2022.

### Investimentos em Ativos Imobilizados:

A Companhia continua a investir na aquisição de veículos e maquinários para renovação de frota de forma a suportar as operações do segmento de operações dedicadas.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, foram alocados R\$ 169,0 milhões em veículos e outros ativos fixos, indicando um notável aumento nos investimentos em ativos em comparação ao ano anterior em face a necessidade de atender diretamente as operações.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram investidos R\$ 35,4 milhões em veículos e demais imobilizados, que representa 18,93% a menos que os valores de investimentos realizados no mesmo período no ano anterior.

### Tabela Conciliação Ativo Imobilizado

	2023	2022	2021
<b>Saldo inicial</b>	<b>209.831</b>	<b>230.380</b>	<b>242.312</b>
(-) Baixa de Ativos	-50.613	-53.912	-33,995
(+) Baixa depreciação	31.836	30.544	24.699
(-) Depreciação	-22.041	-32.580	-46.303
<b>(+) Aquisições</b>	<b>169.013</b>	<b>35.399</b>	<b>43.667</b>
Veículos e Tratores	53.832	27.580	35.434
Outros/Em andamento	8.261	4.600	8.233
<b>Saldo Final</b>	<b>231.106</b>	<b>209.831</b>	<b>230.380</b>

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### ***b) Estrutura de capital***

O exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 14,6 milhões, sendo o capital social de R\$ 95,3 milhões, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 40.760.818 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal e com prejuízo acumulado de (R\$ 86,7) milhões.

Os diretores da Companhia acreditam que sua estrutura de capital atual é adequada para a continuidade das operações, considerando os atuais níveis de geração operacional de caixa, sobretudo observando empresas comparáveis do setor. Adicionalmente, os diretores acreditam que a Companhia possui uma posição de caixa suficiente para continuar desenvolvendo suas operações nos próximos anos.

### ***c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos***

Apesar dos indicadores de endividamento se manterem estáveis, a empresa continua na busca pela melhora de sua capacidade de pagamento frente aos compromissos financeiros e operacionais. Considerando as disponibilidades, o nível de geração de caixa operacional, o cronograma de amortização do seu endividamento e a capacidade da Companhia de acessar recursos provenientes de empréstimos e financiamentos no mercado financeiro e no mercado de capitais, os diretores da Companhia entendem que a Companhia tem condições de honrar os compromissos financeiros assumidos, embora a Companhia não possa garantir que tal situação permanecerá inalterada, especialmente considerando a incerteza oriunda dos impactos dos juros elevados e a crise na oferta de crédito. Caso a Companhia entenda necessário contrair empréstimos adicionais para financiar suas atividades e investimentos, acredita ter capacidade para contratá-los.

#### Índice de endividamento (Dívida Líquida / EBITDA)

Em 31 de dezembro de 2023, o índice de endividamento de dívida líquida pelo EBITDA (Valores de Empréstimos e financiamentos mais os valores de debêntures registrados no curto e no longo prazo, deduzido o valor de Caixa e equivalentes de caixa dividido pelo EBITDA), foi de 2,72x, se mantendo estável comparado ao exercício de igual ao período de 2022.

Em 31 de dezembro de 2021, o índice de Dívida Líquida/EBITDA estava em 3,41x em função do da contratação de empréstimos e emissão de debêntures para fazer frente ao projeto de crescimento do Grupo BBM.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

<b>(R\$ milhares)</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Dívida Bruta	464.539	464.250	396.038
Caixa e equivalentes de caixa	32.712	70.523	38.582
Dívida Líquida (1)	431.827	393.727	357.456
EBITDA	158.557	144.880	104.734
<i>Dívida Líquida/EBITDA</i>	<i>2,72</i>	<i>2,72</i>	<i>3,41</i>

(1) A Dívida Líquida é a somatória dos empréstimos e financiamentos mais debêntures menos caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (circulante e não circulante). A Dívida Líquida não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia.

### Indicadores de Liquidez

Os indicadores de liquidez também demonstram a capacidade de pagamento da Companhia.

<b><u>Indicador</u></b>	<b><u>2023</u></b>	<b><u>2022</u></b>	<b><u>2021</u></b>
Liquidez Imediata (1)	0,03	0,13	0,09
Liquidez Corrente (2)	0,71	0,82	0,90
Liquidez Seca (3)	0,68	0,79	0,87
Estrutura de Capital (4)	78,3	14,50	6,04

(1) Liquidez Imediata refere-se ao disponível dividido pelo passivo circulante.

(2) Liquidez Corrente refere-se ao ativo circulante dividido pelo passivo circulante.

(3) Liquidez Seca refere-se ativo circulante menos estoques, dividido pelo passivo circulante.

(4) Estrutura de Capital refere-se ao exigível total dividido pelo patrimônio líquido.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### ***d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas***

As fontes de financiamento são acessadas, quando necessário, por meio de contratos financeiros, e empregadas em nossas necessidades de capital de giro e aquisições e investimentos de curto e longo prazo, assim como na manutenção de níveis de disponibilidades de caixa adequados ao desempenho das atividades.

Os diretores esclarecem que o financiamento para a aquisição de ativos para a prestação dos serviços é realizado através de linhas específicas de acordo com as características de cada bem adquirido:

- Para as aquisições e investimentos utilizamos a captação junto a bancos comerciais com os prazos e maturação de acordo com cada projeto ou através do mercado de capitais.
- Eventualmente para a aquisição de veículos pesados, máquinas e equipamentos novos nacionais, é utilizada a linha de FINAME e operações de arrendamento mercantil, dependendo do custo financeiro em relação as demais alternativas de captação.

### ***e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez***

Nos casos de financiamentos para cobrir eventuais necessidades de capital de giro, o *recurso* continuará a ser contratado junto a instituições financeiras e /ou através de instrumentos junto ao mercado de capitais, quando necessário.

Em relação as captações para suprir a necessidade de aquisição de novos ativos não circulantes necessários a prestação de serviços, continuaremos a utilizar linhas específicas de acordo com as características do bem tais como o FINAME para os casos de veículos pesados e máquinas e equipamentos novos nacionais, ou linhas de crédito com características similares.



## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### f) Níveis de endividamento e características das dívidas:

#### (i) Contrato de empréstimos e financiamentos relevantes

Modalidade (em moeda nacional)	2023	2022	2021
<b>Encargos anuais médios</b>			
Capital De Giro	16,30%	15,38%	12,13%
Cessão de Crédito	24,78%	0,00%	0,00%
Debentures	17,06%	16,42%	10,90%
<b>Passivo Circulante</b>			
Capital De Giro	60.497	131.852	82.330
Cessão de Crédito	28.848	-	-
Debentures	-	14.343	66.780
<b>Total</b>	<b>89.345</b>	<b>146.195</b>	<b>149.110</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>			
Capital De Giro	182.526	147.139	104.333
Cessão de Crédito	-	-	-
Debentures	192.668	170.916	142.595
<b>Total</b>	<b>375.194</b>	<b>318.055</b>	<b>246.928</b>
<b>Total geral endividamento</b>			
Capital De Giro	243.023	278.991	186.663
Cessão de Crédito	28.848	-	-
Debentures	192.668	185.259	209.375
<b>Total</b>	<b>464.539</b>	<b>464.250</b>	<b>396.038</b>

#### (ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Adicionalmente ao endividamento com instituições financeiras mencionado no item anterior a Companhia possui operações de consórcio visando a aquisições de novos veículos para a frota. Como observado pela evolução da conta desde 2021, não tivemos mais novas operações.

Consórcios (em milhares de R\$)	2023	2022	2021
Ativo Circulante	1.641	1.009	1.131
Passivo Circulante	535	217	1.445
Passivo Não Circulante	-	510	136

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### *(iii) Grau de subordinação entre as dívidas*

Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com a Lei nº 11.101/2005, que atualmente compõe a seguinte ordem de preferência: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) arrendamento mercantil (garantia real); (iv) empréstimos e financiamentos; (v) crédito quirografários; (iv) créditos subordinados; e (viii) dividendos e juros sobre capital próprio.

Nenhuma das dívidas da Companhia e de suas controladas existentes em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 possui cláusula específica contratual de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. Assim, o grau de subordinação entre as dívidas da Companhia e de suas controladas segue o quanto determinado na legislação em vigor e nas garantias constituídas.

*(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.*

Debêntures: A Companhia possui debêntures emitidas em 2022 e aditadas em 2023, por meio de escritura de emissão, a qual apresenta cláusulas de covenants financeiros ("covenants") que preveem a liquidação antecipada nas seguintes condições:

- (a) A dívida financeira líquida (empréstimos, financiamentos e debêntures deduzidos do caixa e equivalentes de caixa) dividida pelo EBITDA (considerando pro forma 12 meses de aquisições) ser maior do que 3,5 vezes.
- (b) Não cumprimento de compromisso de integralização de capital no valor de R\$ 100 milhões até o prazo de 30 de novembro de 2024.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Todos os financiamentos foram contratados com 100% do desembolso inicial.

DRE <i>(valores expressos em milhares de reais, exceto percentuais)</i>	31/12/2023	AV (%)	31/12/2022	AV (%)	AH (%)
Receita líquida de vendas	1.608.505	100,00%	1.631.761	100,00%	-1,43%
Custo dos serviços prestados	-1.518.635	-94,41%	-1.517.548	-93,00%	0,07%
<b>Lucro bruto</b>	<b>89.870</b>	<b>5,59%</b>	<b>114.213</b>	<b>7,00%</b>	<b>-21,31%</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Despesas administrativas	-64.147	-3,99%	-74.044	-4,54%	-13,37%
Despesas de vendas	-28.217	-1,75%	-31.077	-1,90%	-9,20%
Ganho (perda) por redução ao valor recuperável de contas a receber	-1.558	-0,10%	717	0,04%	-317,29%
Outras receitas operacionais, líquidas	31.271	1,94%	25.140	1,54%	24,39%
<b>Lucro (prejuízo) antes do lucro operacional antes das partic. societárias e de resultado financeiro</b>	<b>27.219</b>	<b>1,69%</b>	<b>34.949</b>	<b>2,14%</b>	<b>-22,12%</b>
Receitas financeiras	12.897	0,80%	9.061	0,56%	42,34%
Despesas financeiras	-172.473	-10,72%	-118.578	-7,27%	45,45%
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto</b>	<b>-132.357</b>	<b>-8,23%</b>	<b>-74.568</b>	<b>-4,57%</b>	<b>77,50%</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	1.699	0,11%	-11.574	-0,71%	-114,68%
Imposto de renda e contribuição social diferido	76.831	4,78%	15.043	0,92%	410,74%
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>-53.827</b>	<b>-3,35%</b>	<b>-71.099</b>	<b>-4,36%</b>	<b>-24,29%</b>

A receita líquida da Companhia atingiu R\$1.608,5 milhões no ano de 2023, -1,43% (-R\$23,3 milhões) inferior ao montante registrado em igual período do ano anterior. A empresa atingiu crescimento nos segmentos TL, e-commerce e DCC Industry. Por outro lado, o segmento de transporte dedicado (FTL) enfrentou desafios devido ao fraco contexto macroeconômico, enquanto no segmento Florestal, o desempenho do ano ficou aquém do ano anterior, impactado por churn forçado de clientes com baixa rentabilidade, efeitos do fenômeno El Niño e redução das operações dedicadas.

Os custos dos serviços prestados apresentaram um ligeiro crescimento de 0,1% (R\$ 1,1 milhões) em 31 de dezembro de 2023, em relação a 31 de dezembro de 2022. Essa variação pode ser explicada principalmente pelo encerramento de um contrato na região Sul, o que gerou um custo de desmobilização de R\$ 10,6 milhões, sendo que os demais custos seguiram em linha com crescimento da receita.

O lucro bruto da Companhia no exercício de 2023 foi R\$ 89,9 milhões, redução de -21,31% e R\$ -24,3 milhões quando comparado ao ano anterior.

As despesas administrativas representaram, em 2023, 4,0% da receita líquida, em relação a 4,5% em 31 de dezembro de 2022, registrando uma redução de R\$ 9,9 milhões (-13,4%) em relação ao ano anterior. Essa redução está relacionada

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

principalmente a mudança na estrutura de diretorias (redução), sinergias entre as áreas e integrações de processos entre empresas do grupo.

A variação das despesas com vendas acompanhou a evolução da receita líquida.

A linha de ganho (perda) por redução ao valor recuperável de contas a receber foi impactada negativamente em R\$ 1,6 milhões, frente a provisão de perdas de crédito, comparado a uma recuperação de crédito de R\$ 0,8 milhões em 31 de dezembro de 2022. A concentração da provisão de perdas está em clientes na Argentina e no segmento DCC Industry.

Outras receitas operacionais, líquidas, registrou R\$31,3 milhões em 2023, 24,4% melhor que 2022. No exercício social de 2023 houve ganho tributário de ação com trânsito em julgado que impactou esse resultado, sendo que no ano de 2022 parte dessa receita foi compensada pelo aumento do resultado das vendas de veículos.

O resultado financeiro negativo de R\$159,6 milhões em 2023, frente ao resultado financeiro negativo de R\$109,5 milhões registrado no ano anterior, está relacionado principalmente pela escalada do aumento das taxas de juros ocorrida a partir de 2º semestre de 2022, que impactou diretamente os saldos dos empréstimos e financiamentos da Companhia e, por consequência, aumentou os custos financeiros.

A Companhia registrou prejuízo de R\$53,8 milhões em 2023, impactado pelos fatores comentados nas demais contas de resultado.

PRINCIPAIS VARIAÇÕES FLUXO DE CAIXA			
(valores expressos em milhares de reais, exceto percentuais)			
	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	179.529	157.450	14,02%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	-54.933	-35.157	56,25%
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-172.728	-97.672	76,84%
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	-48.132	24.621	-295,49%

O caixa líquido proveniente das atividades operacionais apresentou, em 31 de dezembro 2023, um aumento de R\$ 22,1 milhões em comparação com o ano anterior. Esse aumento deve-se principalmente ampliação dos prazos de pagamento, parcelamentos junto aos fornecedores e parcelamentos tributários.

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento, em 31 de dezembro de 2023, totalizou R\$54,9 milhões, comparado aos R\$ R\$35,2 milhões aplicados em 31 de dezembro de 2021. Essa aplicação de R\$19,8 milhões, ou 56,3%, foi ocasionada, principalmente, por compra de imobilizado e investimento em intangível.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### DRE

(valores expressos em milhares de reais, exceto percentuais)

	31/12/2022	AV (%)	31/12/2021	AV (%)	AH (%)
Receita líquida de vendas	1.631.761	100,00%	1.356.199	100,00%	20,32%
Custo dos serviços prestados	-1.517.548	-93,00%	-1.241.362	-91,53%	22,25%
<b>Lucro bruto</b>	<b>114.213</b>	<b>7,00%</b>	<b>114.837</b>	<b>8,47%</b>	<b>-0,54%</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Despesas administrativas	-74.044	-4,54%	-100.654	-7,42%	-26,44%
Despesas de vendas	-31.077	-1,90%	-25.188	-1,86%	23,38%
Ganho (perda) por redução ao valor recuperável de contas a receber	717	0,04%	-456	-0,03%	-257,24%
Outras receitas operacionais, líquidas	25.140	1,54%	32.307	2,38%	-22,18%
<b>Lucro (prejuízo) antes do lucro operacional antes das partic. societárias e de resultado financeiro</b>	<b>34.949</b>	<b>2,14%</b>	<b>20.846</b>	<b>1,54%</b>	<b>67,65%</b>
Receitas financeiras	9.061	0,56%	10.154	0,75%	-10,76%
Despesas financeiras	-118.578	-7,27%	-57.280	-4,22%	107,01%
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto</b>	<b>-74.568</b>	<b>-4,57%</b>	<b>-26.280</b>	<b>-1,94%</b>	<b>183,74%</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	-11.574	-0,71%	10.642	0,78%	-208,76%
Imposto de renda e contribuição social diferido	15.043	0,92%	27.661	2,04%	-45,62%
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>-71.099</b>	<b>-4,36%</b>	<b>12.023</b>	<b>0,89%</b>	<b>-691,36%</b>

A receita líquida da Companhia atingiu R\$1.631,8 milhões no ano de 2022, 20,3% (+R\$275,6 milhões) superior ao montante registrado em igual período do ano anterior, sendo impactada positivamente pela conquista de novos contratos e acordos comerciais no ano e pela repactuação de preços junto aos clientes atuais a fim de recompor as margens da Companhia.

Já os custos dos serviços prestados apresentaram um crescimento de 22,2% (+276,2 milhões) em 31 de dezembro de 2022, em relação a 31 de dezembro de 2021. Essa variação pode ser explicada principalmente pela elevação dos preços dos combustíveis no 1º semestre de 2022, e pelo aumento no valor da depreciação dos veículos em razão da substituição da frota, sendo que os demais custos seguiram em linha com crescimento da receita.

Diante disso, o lucro bruto da Companhia manteve-se estável em 2022, com leve redução de R\$0,6 milhões quando comparado ao ano anterior, passando de R\$114,8 milhões para R\$114,2 milhões.

As despesas administrativas representaram, em 2022, 4,5% da receita líquida, em relação a 31 de dezembro de 2021, registrando uma redução de R\$26,6 milhões (-26,4%) em relação ao ano anterior. Essa redução está relacionada ao redesenho dos processos internos, sinergias entre as áreas e integrações de processos entre empresas do grupo.

A variação das despesas com vendas acompanhou a evolução da receita líquida.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A conta ganho (perda) por redução ao valor recuperável de contas a receber apresentou variação positiva de R\$1,1 milhão, fruto principalmente da recuperação de créditos de clientes, anteriormente lançados em provisão de perdas de crédito.

Outras receitas operacionais, líquidas, apresentou redução de R\$7,1 milhões em 2022 quando comparado a 2021. No exercício social de 2021 houve ganho tributário de ação com trânsito em julgado que impactou esse resultado, sendo que no ano de 2022 parte dessa receita foi compensada pelo aumento do resultado das vendas de veículos.

O resultado financeiro negativo de R\$109,5 milhões em 2022, frente ao resultado financeiro negativo de R\$47,1 milhões registrado no ano anterior, está relacionado principalmente a escalada do aumento das taxas de juros ocorrida a partir de 2º semestre de 2021, que impactou diretamente os saldos dos empréstimos e financiamentos da Companhia e, por consequência, aumentou os custos financeiros.

A Companhia registrou prejuízo de R\$71,1 milhões em 2022, impactado pelos fatores já comentados nas demais contas de resultado.

### PRINCIPAIS VARIAÇÕES FLUXO DE CAIXA

(valores expressos em milhares de reais, exceto percentuais)

	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	157.450	46.577	238,04%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	-35.157	-73.138	-51,93%
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-97.672	24.019	-506,64%
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	24.019	-2.542	-1068,57%

O caixa líquido proveniente das atividades operacionais apresentou, em 31 de dezembro 2022, um aumento de R\$110,9 milhões em comparação com o ano anterior. Esse aumento deve-se a redução do prazo médio do contas a receber, a ampliação dos prazos de pagamento junto aos fornecedores, as recuperações de créditos tributários e a elevação dos valores da depreciação de veículos relativos à renovação da frota.

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento, em 31 de dezembro de 2022, totalizou R\$35,2 milhões, comparado aos R\$73,1 milhões aplicados em 31 de dezembro de 2021. Essa redução de R\$38,0 milhões, ou 51,9%, foi ocasionada, principalmente, pelo resultado da venda de veículos oriundos da renovação da frota.

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento, em 31 de dezembro de 2022, apresentou variação negativa de R\$121,7 milhões quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Essa variação teve com principais fatores: (i) o pré-pagamento de debêntures, (ii) o aumento dos pagamentos de parcelas dos arrendamentos mercantis por conta da renovação da frota, e (iii) as novas captações para suportar o crescimento orgânico da receita.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

### **a) resultados das operações do emissor:**

*i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita*

#### **Receita Bruta**

- **Serviços Dedicados:** As receitas provenientes de Serviços Dedicados variam em função da quantidade de veículos alocados, quantidades movimentadas e/ou transportada de cargas, combinada com o volume (ex: m<sup>3</sup>) e/ou peso da carga, distância percorrida e, em alguns casos, com base na quantidade de viagens.
- **Operações de TM (Transportation Management)** As receitas provenientes do TM são viagens caracterizadas como Cargas Gerais ou Cargas Fracionadas, que variam em função do volume, do peso da carga transportada ou peso cubado, da distância percorrida e, em alguns casos, da quantidade de viagens.

#### **Receita Líquida de Vendas**

A receita líquida de vendas se refere à soma da receita de serviços excluindo os tributos incidentes sobre o faturamento, cancelamentos e descontos comerciais.

#### **Outras Receitas Operacionais**

Reconhecemos como outras receitas a venda de ativos utilizados na prestação de serviços tais como veículos pesados, máquinas e equipamentos. Estes ativos são disponibilizados para à venda no estado em que se encontram.

*ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais*

Os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais constam no item 4 - Fatores de Risco deste formulário

### **b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:**

Os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais constam no item 4 - Fatores de Risco deste formulário

### **c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante:**

Os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais constam no item 4 - Fatores de Risco deste formulário

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

### ***Taxas de Inflação***

Os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais constam no item 4 - Fatores de Risco deste formulário

### ***Variação dos principais insumos e produtos***

Os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais constam no item 4 - Fatores de Risco deste formulário.

### ***Câmbio***

Os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais constam no item 4 - Fatores de Risco deste formulário.

### ***Taxa de Juros***

Os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais constam no item 4 - Fatores de Risco deste formulário.



## 2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

### ***a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos itens 2.1 e 2.2***

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022. Por mais que algumas normas e interpretações foram alteradas, conforme descritas abaixo, estas não trouxeram impacto significativa nas informações financeiras da Companhia e de seus controladas: (i) Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8); (ii) IFRS 17 Contratos de Seguros; (iii) Divulgação de políticas contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Demonstração Prática 2); (iv) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32/IAS 12); e (v) Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

### ***b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor***

O relatório dos auditores sobre as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 contém ressalva quanto à realização dos Créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferidos. A KPMG, conforme mencionado no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas (dezembro/2023), apontou que “dada a existência de uma incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, não é possível afirmar ser provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais não utilizados e créditos fiscais não utilizados possam ser compensados, conforme exigido pelo CPC 32/IAS 12 – Tributos sobre o Lucro”.

A Companhia, entretanto, considera adequada e razoável a utilização dos Ativos Fiscais Diferidos no montante de R\$ 136,3 milhões, oriundos de Prejuízos Fiscais. Existe uma expectativa fundamentada de disponibilidade de lucro tributável para a futura compensação dos prejuízos fiscais ainda não utilizados, atendendo, assim, às recomendações do CPC 32 – IAS 12.

A utilização dos ativos fiscais diferidos está suportada por projeções de resultados e pela expectativa de geração de lucros tributáveis em 2024, além das projeções de resultados positivos atingíveis para os próximos dez anos do Grupo. Foi observado que o valor dos ativos fiscais diferidos poderá ser consumido pelos lucros tributáveis futuros dentro dos próximos 10 anos, sendo assim, realizáveis.

Na visão da Companhia, os auditores independentes basearam sua conclusão sobre os ativos diferidos apenas devido ao seu parágrafo de ênfase sobre as incertezas existentes quanto à continuidade operacional da Companhia. A Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da Companhia estão seguros da continuidade operacional da Companhia.

Os relatórios dos auditores referentes às demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 não continham opiniões modificadas ou ênfases.

## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

### **a) *introdução ou alienação de segmento operacional***

Nos três últimos exercícios sociais não foi introduzido ou alienado nenhum segmento operacional.

### **b) *constituição, aquisição ou alienação de participação societária***

Em 1 de março de 2018, a Companhia obteve o controle da Transeich Assessoria e Transportes S.A., companhia de transporte rodoviário de cargas e da Transeich Armazéns Gerais S.A., armazém geral, ao adquirir 100% das ações do capital votante dessas entidades. Estas aquisições permitirão a Companhia a oferta de novos serviços, a ampliação da sua clientela e da região de atuação e a otimização de rotas atendidas pela Companhia. A Companhia também espera reduzir seus custos por meio de economias de escala.

Em 11 de dezembro de 2019, a Companhia obteve todas as aprovações e condições precedentes para a aquisição da totalidade das cotas da Translovato Ltda., reforçando sua atuação no segmento de transporte de cargas gerais fracionadas e aumentando sua capacidade de atender a seus clientes em todas as etapas da cadeia logística. Em 10 de setembro de 2020, a Companhia obteve o controle da Translag Transporte e Logística Ltda., Companhia com sede na cidade de Goiás, Estado de Goiânia, com cinco filiais distribuídas nas regiões Nordeste, São Paulo e Centro Oeste.

Em 1º de dezembro de 2020, a Companhia confirmou a aquisição da empresa Diálogo Logística Inteligente Ltda., com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, empresa de logística especializada em e-commerce.

### **c) *eventos ou operações não usuais***

Não houve operações ou eventos não usuais nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2022 e 2023.

## 2.5 Medições não contábeis

### a) *informar o valor das medições não contábeis*

O EBITDA registrado nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 foram R\$ 158.557 mil, R\$ 144.880 mil e R\$ 104.735 mil, respectivamente.

#### Exercício social encerrado em 31 de dezembro de

(R\$ Mil)	2023	2022	2021
<b>EBITDA(1)</b>	158.557	144.880	104.735
<b>Margem EBITDA</b> (EBITDA / Receita Líquida)	9,86%	8,88%	7,72%
<b>Dívida Bruta</b>	464.539	464.250	396.038
<b>Dívida Bruta Ajustada(2)</b>	496.155	510.420	470.961
<b>Dívida Líquida</b>	431.827	393.727	357.456
<b>Dívida Líquida/EBITDA</b>	2,72	2,72	3,41
<b>(Patrimônio Líq. / Dívida Bruta Ajustada)</b>	0,0295	0,1341	0,2902

(1) EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): lucro líquido antes das despesas financeiras líquidas, do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido da depreciação e da amortização e depreciação do ativo de direito de uso.

(2) Dívida bruta ajustada é equivalente à soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, adicionados às dívidas com as debêntures de curto e longo prazo e das obrigações com as contas a pagar por aquisição de controladas de curto e longo prazo. Vide conciliação a seguir.

### b) *fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas*

(R\$ Mil)	2023	2022	2021
Lucro Líquido (prejuízo)	-53.827	-71.099	12.023
Despesas financeiras líquidas	159.576	109.517	47.126
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	-78.530	-3.469	-38.303
Depreciação, Amortização e Depreciação (ativo de direito de uso)	129.385	112.178	85.112
Ganho de redução de preço na aquisição de controladas	1.953	-2.247	-1.223
<b>EBITDA (1)</b>	<b>158.557</b>	<b>144.880</b>	<b>104.735</b>

(1) EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): lucro líquido antes das despesas financeiras líquidas, do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido da depreciação e da amortização e depreciação do ativo de direito de uso.

## 2.5 Medições não contábeis

(R\$ Mil)	2023	2022	2021
Receita Líquida de Vendas	1.608.505	1.631.761	1.356.199
EBITDA (1)	158.557	144.880	104.735
<b>Margem EBITDA</b> (EBITDA / Receita Líquida de Vendas)	<b>9,86%</b>	<b>8,88%</b>	<b>7,72%</b>

(1) EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): lucro líquido antes das despesas financeiras líquidas, do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido da depreciação e da amortização e depreciação do ativo de direito de uso.

<b>Dívida Bruta Ajustada</b> (R\$ Mil)	2023	2022	2021
Empréstimo e Financiamentos - Curto Prazo	89.345	131.852	82.330
Empréstimo e Financiamentos - Longo Prazo	182.526	147.139	104.333
<b>Empréstimos e Financiamentos - Total</b>	<b>271.871</b>	<b>278.991</b>	<b>186.663</b>
Debêntures - Curto Prazo	-	14.343	66.780
Debêntures - Longo Prazo	192.668	170.916	142.595
<b>Debêntures - Total</b>	<b>192.668</b>	<b>185.259</b>	<b>209.375</b>
<b>Dívida Bruta</b>	<b>464.539</b>	<b>464.250</b>	<b>396.038</b>
Contas a pagar por aquisição de controladas - Curto Prazo	31.616	24.256	38.868
Contas a pagar por aquisição de controladas - Longo Prazo	-	21.914	36.055
<b>Contas a pagar por aquisição de controladas - Total</b>	<b>31.616</b>	<b>46.170</b>	<b>74.923</b>
<b>Dívida Bruta Ajustada</b>	<b>496.155</b>	<b>510.420</b>	<b>470.961</b>
Patrimônio Líquido	14.634	68.461	136.660
<b>(Patrimônio Líquido / Dívida Bruta Ajustada)</b>	<b>0,0295</b>	<b>0,1341</b>	<b>0,2902</b>

Outro índice que a Companhia entende ser relevante é o índice de dívida líquida/EBITDA.

(R\$ Milhões)	2023	2022	2021
Empréstimos e Financiamentos (1)	271,9	279,0	186,7
Debêntures	192,7	185,3	209,4
Dívida Bruta	464,5	464,3	396,1
Caixa e equivalente de caixa	32,7	70,5	38,6
<b>Dívida Líquida</b>	<b>431,8</b>	<b>393,7</b>	<b>357,5</b>
EBITDA	158,6	144,9	105,0
<b>EBITDA Proforma (2)</b>	<b>175,7</b>	<b>144,9</b>	<b>105,0</b>
<b>Dívida Líquida / EBITDA Pro forma</b>	<b>2,46</b>	<b>2,72</b>	<b>3,41</b>

(1) Considera a soma do passivo circulante e não circulante.

(2) Em 2023, a Companhia realizou *Churn* forçado de carteira de clientes de operações com baixa rentabilidade e alto consumo de capital de giro e desmobilização de um contrato de transporte de madeira, o que onerou a Companhia em R\$ 14,7 milhões. Também em 2023, a Companhia reverteu as expectativas dos valores a pagar, o que gerou ajuste de R\$ 2,4 milhões nos valores a pagar lançados em contrapartida da rubrica de Perda por ajuste ao contas a pagar de aquisição de controladas.

## 2.5 Medições não contábeis

**c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações**

A Companhia utiliza o EBITDA como medição não contábil, com o intuito de prover informação financeira adicional sobre a sua capacidade de gerar resultados operacionais e possibilitar uma comparação com os concorrentes de mercado, os quais, em geral, também utilizam tal medição. De acordo com a Instrução CVM 527, o EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): lucro líquido antes das despesas financeiras líquidas, do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido da depreciação e da amortização e depreciação do ativo de direito de uso.

O EBITDA não é uma medida definida nas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, assim como não consta nas práticas contábeis internacionais (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) e não representa o fluxo de caixa para os exercícios apresentados, não devendo ser considerado (i) como substituto para o lucro líquido, como indicador de desempenho operacional da Companhia, (ii) como substituto do fluxo de caixa ou (iii) como indicador de liquidez da Companhia.

A Margem EBITDA é um indicador financeiro de rentabilidade operacional que é resultado da divisão do EBITDA pela receita líquida de vendas. Esse percentual permite saber a lucratividade da operação da Companhia antes da remuneração do capital de terceiros, dos impostos e da recuperação dos recursos investidos. Quanto maior for a margem EBITDA, melhor será o desempenho da Companhia nesse indicador.

A Dívida Bruta é a soma dos saldos dos empréstimos e financiamentos mais o saldo de debêntures registrados no curto e no longo prazo. Dívida Líquida é o resultado da dívida bruta deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa. A Companhia entende que a medição o índice de endividamento Dívida Líquida / EBITDA é um bom indicador na avaliação do seu grau de endividamento em relação à sua capacidade de geração de resultados e consequente geração de caixa. A dívida líquida não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou de acordo com os *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidos pelo *International Accounting Standard Board (IASB)* e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia

O EBITDA pro forma é uma medida utilizada pela Companhia para medir principalmente seu desempenho de geração de resultados operacionais considerando o EBITDA das empresas adquiridas, como se a operação houvesse sido concluída antes do início do período. Essa medida é essencial para a Companhia comparar o resultado com posições do balanço patrimonial. O principal índice no qual a Companhia utiliza o EBITDA pro forma é alavancagem financeira ou endividamento.

## 2.6 Eventos subsequentes as DFs

Não foram divulgados eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

## 2.7 Destinação de resultados

Período	2023	2022	2021
<b>(a) Regras sobre retenção de lucros</b>	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em assembleia geral ordinária poderão deliberar sobre a retenção de parcela do lucro líquido do exercício, alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado. Ademais, a Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), bem como o Estatuto Social da Companhia, estabelece que 5% do lucro líquido será destinado para a constituição de reserva legal, desde que não exceda 20% do capital social.	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em assembleia geral ordinária poderão deliberar sobre a retenção de parcela do lucro líquido do exercício, alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado. Ademais, a Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), bem como o Estatuto Social da Companhia, estabelece que 5% do lucro líquido será destinado para a constituição de reserva legal, desde que não exceda 20% do capital social.	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em assembleia geral ordinária poderão deliberar sobre a retenção de parcela do lucro líquido do exercício, alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado. Ademais, a Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), bem como o Estatuto Social da Companhia, estabelece que 5% do lucro líquido será destinado para a constituição de reserva legal, desde que não exceda 20% do capital social.
<b>(a i) Valores das retenções de lucros</b>	No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresentou prejuízo nos resultados, dessa forma, não houve retenções de lucros.	No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresentou prejuízo nos resultados, dessa forma, não houve retenções de lucros.	Reserva Legal: R\$601 mil Reserva de Retenção de Lucros: R\$11.422 mil
<b>(a ii) Percentuais em relação aos Lucros Totais Declarados</b>	Reserva Legal: 0% Retenção de lucros:0%	Reserva Legal: 0% Retenção de lucros:0%	Reserva Legal: 5% Retenção de lucros:95%
<b>(b) Regras sobre distribuição de dividendos</b>	De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório estabelecido é de 25% do	De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório estabelecido é de 25% do	De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório estabelecido é de 25% do

2.7 Destinação de resultados

Período	2023	2022	2021
	lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.	lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.	lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.
(c) Periodicidade das distribuições de dividendos	<p>Nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia poderá levantar balanço semestral ou em períodos menores e, com base nos resultados verificados, declarar, por deliberação da Diretoria, dividendos intermediários à conta do lucro apurado nesse balanço.</p> <p>Poderá a Diretoria, ainda, deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existente no último balanço anual.</p> <p>A Companhia poderá levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações.</p>	<p>Nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia poderá levantar balanço semestral ou em períodos menores e, com base nos resultados verificados, declarar, por deliberação da Diretoria, dividendos intermediários à conta do lucro apurado nesse balanço.</p> <p>Poderá a Diretoria, ainda, deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existente no último balanço anual.</p> <p>A Companhia poderá levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações.</p>	<p>Nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia poderá levantar balanço semestral ou em períodos menores e, com base nos resultados verificados, declarar, por deliberação da Diretoria, dividendos intermediários à conta do lucro apurado nesse balanço.</p> <p>Poderá a Diretoria, ainda, deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existente no último balanço anual.</p> <p>A Companhia poderá levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações.</p>



2.7 Destinação de resultados

Período	2023	2022	2021
(d) Restrições à distribuição de dividendos	Não havia restrições às distribuições de dividendos.	Não havia restrições às distribuições de dividendos.	Não havia restrições às distribuições de dividendos.
(e) Política de destinação de resultado formalmente aprovada	Não aplicável, tendo em vista que, além das regras previstas em seu Estatuto Social, a Companhia não possui e não possuía nos três últimos exercícios sociais, uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.	Não aplicável, tendo em vista que, além das regras previstas em seu Estatuto Social, a Companhia não possui e não possuía nos três últimos exercícios sociais, uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.	Não aplicável, tendo em vista que, além das regras previstas em seu Estatuto Social, a Companhia não possui e não possuía nos três últimos exercícios sociais, uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.

## 2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

**a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items) tais como:**

i. *Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando os respectivos passivos;*

Não há qualquer transação indicada acima que não apareça no balanço patrimonial.

ii. *Contratos de futura compra e venda de produtos e serviços;*

Não há qualquer transação indicada acima que não apareça no balanço patrimonial.

iii. *Contratos de construção não terminada; e*

Não há qualquer transação indicada acima que não apareça no balanço patrimonial.

iv. *Contratos de recebimento futuros de financiamentos.*

Não há qualquer transação indicada acima que não apareça no balanço patrimonial.

**b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não existem outros ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

## 2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

***a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor***

Na avaliação da Administração, não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos exercícios de 2021, 2022 e 2023.

***b) natureza e propósito da operação***

Na avaliação da Administração, não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos exercícios de 2021, 2022 e 2023.

***c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação***

Na avaliação da Administração, não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos exercícios de 2021, 2022 e 2023.

## 2.10 Planos de negócios

### **a) Investimentos, incluindo:**

#### *(i) descrição dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos*

No ano de 2023 foram investidos cerca de R\$ 62,1 milhões, visando a continuidade e o crescimento das operações da Companhia. Tais recursos foram destinados para a aquisição de ativos móveis, basicamente a compra de veículos pesados / máquinas e equipamentos (Cavalo Mecânico, Caminhões, Semirreboques, Carretas, Gruas e Tratores), com foco principal na renovação de frota, além de investimentos em tecnologia e desenvolvimento de novas ferramentas operacionais, como, por exemplo, o desenvolvimento da Plataforma Digital.

#### *(ii) fontes de financiamento dos investimentos*

Os investimentos tiveram como principal fonte capital de terceiros (financiamento via FINAME para veículos) e capital próprio decorrente da geração de caixa operacional da Companhia. A Companhia realiza estudos de viabilidade e analisa as alternativas de financiamentos para aquisição de ativos, baseando a sua escolha sempre na melhor opção em termos de custo e prazo que estejam alinhadas com as estratégias da Companhia.

#### *(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos*

Em 2023, a companhia realizou a venda de ativos e baixas no valor total de R\$ 50,6 milhões, principalmente devido à não renovação de contratos no segmento de dedicados e para renovação de ativos. Não há desinvestimentos relevantes em andamento ao longo de 2024.

### **b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não temos nenhuma aquisição que possa influenciar materialmente a Companhia.

### **c) novos produtos ou serviços, indicando:**

Não prevemos no plano de negócio atual o lançamento de novos produtos ou serviços.

#### *(i) Pesquisas em andamento*

Não se aplica, tendo em vista que não há previsão de lançamento de novos produtos

## 2.10 Planos de negócios

(ii) *Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços*

Não se aplica, tendo em vista que não há previsão de lançamento de novos produtos

(iii) *Projetos em desenvolvimento já divulgados*

Não se aplica, tendo em vista que não há previsão de lançamento de novos produtos

(iv) *Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços*

Não se aplica, tendo em vista que não há previsão de lançamento de novos produtos

**d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG**

Os investimentos realizados em 2023 englobaram a renovação de parte da frota, incluindo veículos com tecnologias que propiciam menores emissões de gases de efeito estufa, utilizam menos combustível e apresentam maior qualidade ergonômica para nossos motoristas além de mais segurança para condutores e para a carga.

Os investimentos na plataforma digital também apresentam oportunidades para ASG, pois essa tecnologia engloba modelos matemáticos e roteirizadores que apresentam as rotas mais eficientes, inclusive considerando as menores emissões de gases de efeito estufa e desgaste dos veículos e por conseguinte de motoristas.

Ainda em relação aos investimentos com tecnologia, a Companhia testou veículos com diferentes combustíveis.

De maneira mais específica, a Companhia investiu na adesão voluntária de programas sociais e plataformas de reporte e transparência com métricas e planos de ação de ASG.

## 2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

### a) Contrato comercial relevante

Em agosto de 2023, a Companhia celebrou com a Grendene um contrato comercial relevante para o transporte de seus produtos. Este contrato, com duração de três anos, tem um potencial de movimentação mensal de aproximadamente R\$ 7 milhões, totalizando um valor potencial de R\$ 252 milhões ao longo do período (valores não auditados).

Em outubro de 2023, a Companhia celebrou com a Dana um contrato comercial relevante, com duração de três anos, com uma média mensal de R\$ 2 milhões. Esse contrato tem um potencial total de aproximadamente R\$ 72 milhões (valores não auditados).

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

***a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política***

A Companhia possui política de gerenciamento de riscos e oportunidades aprovada pelo Conselho de Administração em 06 de agosto de 2020 ("Política de Gerenciamento de Riscos") e revisada anualmente.

***b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:***

O objetivo da Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia é descrever a metodologia adotada para identificar, classificar, tomar ações e estabelecer controles para gerenciar os riscos pertinentes às atividades, processos e serviços executados na organização dando suporte ao cumprimento dos objetivos da Companhia, definindo estratégias de mitigação de eventos com potencial de afetar a Companhia, gerenciando os riscos de forma compatível com a capacidade de entendimento do contexto, do mapeamento de riscos e com a tolerância aos riscos definida na Política de Gerenciamento de Riscos.

Com a implementação da Política de Gerenciamento de Riscos espera-se proteger e criar valor para a Companhia por meio da identificação dos riscos de negócios e do mapeamento dos processos, sistemas e controles que suportam suas atividades/operações, permitindo a melhor tomada de decisão por sua Administração.

*(i) os riscos para os quais se busca proteção*

Nos termos da Política de Gerenciamento de Riscos, sem prejuízo de outros riscos que o contexto das operações da Companhia e/ou do processo mapeado, os riscos para os quais a Companhia busca proteção são classificados da seguinte forma, sendo os riscos descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência, delas derivados:

**Riscos estratégicos:** são os riscos associados às decisões estratégicas da Companhia para atingir os seus objetivos de negócios e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade da Companhia para se proteger ou se adaptar a mudanças no ambiente.

**Riscos operacionais:** são aqueles decorrentes da inadequação, falha, deficiência ou fraude nos processos internos, pessoas ou ambiente de tecnologia, que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos da empresa. Esses riscos estão associados à execução das atividades da Companhia (relacionadas aos seus objetivos sociais), bem como às demais áreas administrativas internas de suporte.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

**Riscos de mercado:** são definidos como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da movimentação nos valores de mercado de posições detidas pela Companhia, considerando, inclusive, os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

**Riscos de liquidez:** são definidos como a possibilidade de a Companhia cumprir com as obrigações assumidas nos prazos acordados, inclusive as decorrentes de vinculações de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

**Riscos de crédito:** são a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao financiamento concedido aos clientes na operacionalização dos negócios, além dos riscos de contraparte assumidos nas operações de tesouraria.

**Riscos de imagem e reputação:** são decorrentes das práticas internas, de outros riscos e fatores externos que possam gerar uma percepção negativa das empresas por parte dos clientes, acionistas, investidores, parceiros comerciais, entre outros. Em suma, que possam gerar danos à reputação, credibilidade e marca da Companhia.

**Riscos de conformidade (*compliance*):** decorrem da inobservância das leis e normas aplicáveis aos negócios da Companhia, o que pode acarretar perda financeira por meio do pagamento de multas, indenizações e acarretar danos à imagem e à credibilidade da Companhia no mercado.

**Riscos Conjunturais:** são riscos relacionados ao ambiente macroeconômico, político e social das localidades em que operamos, que possam vir a nos afetar indiretamente caso nossos clientes sejam afetados, o que implicaria em uma redução de demanda.

**Riscos Socioambientais:** São riscos que podem afetar direta ou indiretamente o meio ambiente, as comunidades ou pessoas que estejam em áreas de influência da Companhia.

**Riscos legais e regulatórios ou de conformidade:** Eventos derivados de falhas no cumprimento de aplicação de leis, acordos, regulamentos e das políticas da Companhia, ou, ainda, alterações legislativas ou normativas não previstas e que podem comprometer as atividades da Companhia.

**Riscos de Infraestrutura:** Esta modalidade de riscos está relacionada a um processo contínuo, que consiste no desenvolvimento de um conjunto de ações destinadas a identificar, analisar, monitorar, priorizar e tratar riscos positivos ou



## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

negativos, capazes de afetar os objetivos, programas, projetos ou processos de trabalho nos níveis estratégico, tático e operacional da Companhia.

### *(ii) os instrumentos utilizados para proteção*

De acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos a Companhia adota o modelo de gerenciamento de riscos conforme diretrizes do *COSO – Committee of Sponsoring Organizations of Treadway Commission* e os passos descritos na norma ABNT ISO 31000: 2018. O mapeamento de riscos se inicia com o mapeamento dos processos operacionais da Companhia. São utilizadas as informações dos mapeamentos realizados pelas áreas e validados pela Gerência de Processos, através do GEROT - Gerenciamento da Rotina. Caso não exista o mapeamento formalizado, é estabelecido o contexto em conjunto com a Gerência de Riscos e Controles internos para o mapeamento dos possíveis riscos, ou seja, para que seja possível definir os processos que deverão compor a análise de riscos.

### **Identificação dos Riscos**

A identificação de riscos inerentes ocorrerá através de entrevistas e “*brainstorms*” com as áreas envolvidas. Neste processo, serão utilizados também como fonte de informação para identificação dos riscos os relatórios do Canal de Denúncias e os relatórios de auditorias internas e/ou externas realizadas.

### **Mensuração de Riscos**

Após a identificação dos riscos é realizada a mensuração e a definição da nota de risco, conforme o NPR – Nível de Prioridade de Risco, conforme descrição constante da Política de Gerenciamento de Riscos, que leva em conta o impacto do risco identificado sobre a Companhia, a frequência ou probabilidade de ocorrência futura do risco identificado, o grau de controle existente para detecção do risco identificado, o quanto a Administração da Companhia pode influenciar de forma a minimizar ou eliminar o impacto advindo do risco identificado, a percepção externa associada à imagem da Companhia, de seus produtos, serviços, e a área de negócios afetada pelo risco identificado.

Após a atribuição do NPR será definido o Risco Residual. Nesta etapa será necessário definir as causas prováveis que possibilitam a ocorrência do risco identificado.

### **Avaliação de Riscos e Controles**

Durante a etapa de avaliação de riscos e controles, a ser realizada pela Gerência de Riscos e Controles Internos, são mensurados os controles existentes e a sua eficácia.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Os resultados dessa avaliação serão considerados para atribuição da nota para o Risco residual.

### **Matriz de Riscos**

Após definição do valor do Risco Residual será composta a Matriz de Riscos considerando os cenários de risco identificados e suas respectivas pontuações, que de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos resultam na seguinte classificação dos riscos identificados:

**Azul: Impactos mínimos** – são caracterizados por riscos associados à degradação de operações, atividades, projetos, programas ou processos, porém causando impactos mínimos nos objetivos relacionados ao atendimento de metas, padrões ou à capacidade de entrega de produtos/serviços às partes interessadas.

**Verde: Impactos pequenos** – são caracterizados por riscos associados à degradação de operações, atividades, projetos, programas ou processos, causando impactos pequenos nos objetivos relacionados ao atendimento de metas, padrões ou à capacidade de entrega de produtos/serviços às partes interessadas.

**Amarelo: Impactos significativos** – são caracterizados por riscos associados à interrupção de operações ou atividades, de projetos, programas ou processos, causando impactos significativos nos objetivos relacionados ao atendimento de metas, padrões ou à capacidade de entrega de produtos/serviços às partes interessadas, porém recuperáveis.

**Laranja: Impactos de reversão muito difícil** – são caracterizados por riscos associados à interrupção de operações, atividades, projetos, programas ou processos, causando impactos de reversão muito difícil nos objetivos relacionados ao atendimento de metas, padrões ou à capacidade de entrega de produtos/serviços às partes interessadas.

**Vermelho: Impactos irreversíveis** – são caracterizados por riscos associados à paralisação de operações, atividades, projetos, programas ou processos, causando impactos irreversíveis nos objetivos relacionados ao atendimento de metas, padrões ou à capacidade de entrega de produtos/serviços às partes interessadas.

A partir do estabelecimento da Matriz de Riscos a Administração da Companhia estabelece o seu apetite para os riscos identificados, levando em consideração cenários descritos na Política de Gerenciamento de Riscos, que determinam o nível de exposição que a Administração da Companhia entende ser aceitável para um determinado risco identificado.

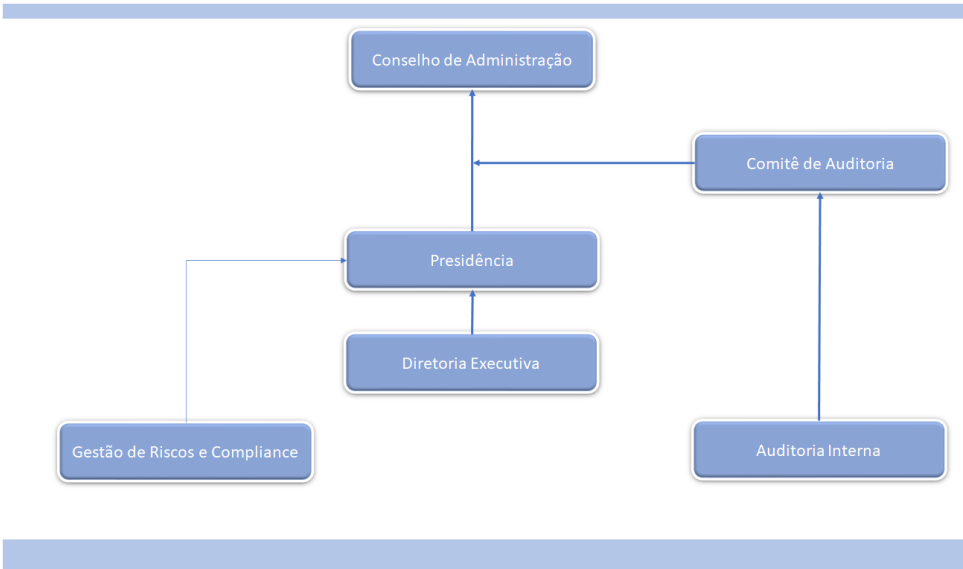
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Plano de Implementação de Controles Internos e Mitigação dos Riscos

A partir dessas definições, são determinadas as ações necessárias para o tratamento e o monitoramento dos riscos identificados, que obedecerão a um plano de implementação de controles e mitigação de riscos que levará em conta os custos e o esforço necessários para sua implementação, os benefícios originados a partir das ações tomadas, os requisitos legais e regulatórios que deverão ser atendidos e o cronograma para implementação.

Monitoramento e Reporte

A Gerência de Riscos e Controles Internos será responsável por organizar as agendas de mapeamento, testes de verificação de implementação das ações e apresentações dos resultados ao Diretor Presidente e à Diretoria, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração da Companhia.



(iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

De acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, a estrutura organizacional envolvida na identificação, mapeamento e mitigação dos riscos é dividida em três principais linhas de defesa, assim descritas:

1ª Linha - A primeira linha é formada pelos donos ou proprietários dos riscos. A responsabilidade principal desta linha de defesa é manter o risco dentro do limite de tolerância definido pela Administração da Companhia. A primeira linha de defesa é composta pelos gestores operacionais e pelos executores das atividades primárias das unidades de negócio, ou seja, gerentes, coordenadores, analistas, supervisores

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

e demais funcionários que atuam nas operações. Os principais papéis desta linha de defesa são a identificação, avaliação, tratamento, prevenção e monitoramento dos seus riscos de forma integrada;

2ª Linha – A segunda linha é composta pelos especialistas das áreas de negócio que detém o conhecimento específico de sua área e devem atuar com a gestão de riscos do negócio orientando e assessorando a primeira linha de defesa na construção dos planos de mitigação de riscos. A Companhia possui nessa linha de defesa as áreas de gerenciamento de riscos operacionais, segurança da informação, segurança do trabalho, jurídico, meio ambiente, qualidade assegurada e controladoria como áreas da segunda linha de defesa. A Gerência de Riscos e Controles Internos atua como especialista para dar suporte técnico e organizar as atividades conforme diretrizes da ISO 31000. Cada área especialista atua sobre os riscos específicos identificados na sua atividade e deve definir as metodologias a serem adotadas bem como providenciar o treinamento das pessoas envolvidas nos processos (colaboradores da 1ª linha de defesa) e o acompanhamento dos trabalhos de mapeamento e mitigação dos respectivos riscos; e

3ª Linha – A terceira linha é composta pela área de auditoria interna. A auditoria interna se reporta ao Comitê de Auditoria e deve atuar de acordo com as normas reconhecidas da profissão, conforme estabelecidas pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil – IAA Brasil. A auditoria externa se reporta diretamente ao Conselho de Administração, com a sua supervisão delegada ao Comitê de Auditoria.

Ainda de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, os órgãos envolvidos na sua gestão e implementação têm as seguintes competências/funções:

*Conselho de Administração:* Possui as competências previstas no Estatuto Social da Companhia, dentre as quais se destacam para os fins da Política de Gerenciamento de Riscos: (i) aprovar o plano anual da auditoria interna; (ii) definir o nível de apetite para riscos da Companhia; (iii) aprovar o orçamento próprio ao Comitê de Auditoria; (iv) supervisionar o processo de gestão de riscos executado pela Administração da Companhia; e (v) supervisionar o processo de avaliação de controles internos executados pela Administração da Companhia.

*Diretor Presidente e Diretoria:* O Diretor Presidente, com apoio da Diretoria, tem a responsabilidade de realizar a gestão das seguintes atividades no âmbito da Política de Gerenciamento de Riscos: (i) assegurar que o Conselho de Administração tome conhecimento tempestivo de situações que envolvam risco de *compliance* relevante; (ii) promover o estabelecimento de governança que assegure as três linhas de defesa conforme previsto no COSO e descritas na Política de Gerenciamento de Riscos; (iii) conduzir práticas de negócio que atendam a regulação vigente e as normas internas da Companhia; (iv) assegurar a atuação independente da Gerência de Riscos e Controles internos e da Área de Compliance da Companhia; (v) avaliar os relatórios de controles internos a fim de estabelecer cronograma para a regularização das

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

eventuais deficiências observadas; (vi) aprovar o Plano Anual da atuação da Gerência de Riscos e Controles Internos da Companhia, apresentando-o ao Conselho de Administração; (vii) avaliar e aprovar as estratégias de mitigação de riscos recomendadas pelas áreas, acompanhando a sua efetiva implementação; (viii) aprovar os desdobramentos da Política de Gerenciamento de Riscos definindo normas, regras e responsabilidades; e (ix) reportar anualmente ao Conselho de Administração as atividades realizadas pela Gerência de Riscos e Controles internos *vis a vis* o Plano Anual aprovado.

*Comitê de Auditoria:* no âmbito da Política de Gerenciamento de Riscos possui as seguintes responsabilidades: (i) supervisionar a qualidade das demonstrações financeiras e dos demais relatórios financeiros; (ii) supervisionar a aderência da Companhia aos requerimentos legais; (iii) supervisionar os aspectos pertinentes à qualificação, performance e independência dos auditores independentes; (iv) manter, periodicamente, reuniões com os gestores dos principais processos operacionais da Companhia com o objetivo de conhecer as operações, os principais riscos do negócio e os controles internos em vigor para mitigar estes riscos; (v) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia, monitorando a efetividade e a suficiência da estrutura, propondo ao Conselho as ações que entender necessárias para aperfeiçoá-la; (vi) avaliar a observância, pela diretoria da Companhia, quanto a resposta e estabelecimento de planos de ação e prazos para implementação de solução das recomendações apresentadas pela auditoria interna ou independente, assim como as emitidas pelo próprio Comitê; (vii) monitorar, juntamente com a área de auditoria interna ou de gestão de riscos da Companhia, as exposições de risco da Companhia, identificados e avaliados pelo Conselho de Administração, são controlados pela Administração e identificadas as exposições da Companhia a tais riscos, informando periodicamente ao Conselho de Administração o resultado deste monitoramento; (viii) recomendar ao Conselho de Administração da Companhia a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política de TPR (conforme definida no Item 16.1 deste Formulário de Referência), podendo reunir-se com o Conselho de Administração para discutir tais políticas, bem como as práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; e (ix) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

*Auditoria Interna:* No âmbito da Política de Gerenciamento de Riscos tem as seguintes atribuições: (i) aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia; (ii) elaborar o Plano de Auditoria anual, levando em consideração a matriz de risco da Companhia, as avaliações da área de controles internos e os resultados dos testes anteriormente realizados, bem como as observações da Administração e Conselho de Administração; (iii) submeter o Plano de Auditoria à apreciação do Comitê de Auditoria e à aprovação do Conselho de Administração; (iv) executar os testes de auditoria conforme Plano de auditoria aprovado; (v) reportar os resultados dos trabalhos realizados à Administração, já com as respostas e planos de ação corretiva, formalmente definidos pela

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

área/diretoria auditada; e (vi) apresentar ao Comitê de Auditoria e Conselho de Administração os resultados dos trabalhos realizados e o monitoramento da execução dos planos de ação corretiva. A auditoria interna atua de forma independente operada por empresa terceira, que reporta ao Comitê de auditoria.

*Área de Compliance:* No âmbito da Política de Gerenciamento de Riscos tem as seguintes atribuições: (i) implementar e acompanhar o Programa de *Compliance* na Companhia; (ii) orientar os colaboradores da Companhia e terceiros sobre as normas internas; (iii) liderar o trabalho de monitoramento dos riscos de conformidade e propor soluções para mitigação dos riscos; (iv) divulgar para o Comitê de Ética as quebras de conduta identificadas através do canal de denúncias; (v) tratar as quebras de conduta recebidas pelo canal de denúncia conforme orientação do Comitê de Ética; (vi) elaborar e aplicar os treinamentos de *compliance* na Companhia; e (vii) monitorar o ambiente regulatório disponibilizando a informação para a administração bem como atualizar as políticas e procedimentos pertinentes a cada tema específico. A Área de Compliance não poderá ser acumulada com atividades operacionais, nos termos do artigo 24 do Regulamento do Novo Mercado.

*Gerência de Riscos e Controles Internos:* No âmbito da Política de Gerenciamento de Riscos tem as seguintes atribuições: (i) disseminar a Política de Gerenciamento de Riscos no ambiente interno da Companhia; (ii) elaborar o Plano Anual da atuação da Gerência de Riscos e Controles internos e apresentar ao Diretor Presidente para aprovação; (iii) conduzir o processo de identificação e avaliação de riscos em conjunto com os Diretores de cada área e com os gestores responsáveis de cada processo; (iv) consolidar a Matriz de Riscos dos negócios da Companhia; (v) consolidar as informações e sugerir e/ou recomendar oportunidades de melhoria nos processos que possam gerar ganhos de eficiência e/ou melhor mitigação de riscos; (vi) monitorar os processos definidos como críticos pelo gerenciamento da rotina, verificando, através de suas revisões periódicas, se os procedimentos adotados pelo gestor atendem às necessidades de controle do processo; (vii) a definição dos processos críticos será realizada a partir do gerenciamento da rotina, conduzido pela área de processos em conjunto com as demais áreas de negócio; e (viii) informar ao Diretor Presidente e à Diretoria sobre os resultados dos planos de ação estabelecidos para cada um dos riscos identificados nos processos. A Gerência de Riscos e Controles Internos não poderá acumular atividades operacionais, nos termos do artigo 24 do Regulamento do Novo Mercado.

*Gestores:* No âmbito da Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, os gestores de cada área interna da Companhia têm como atribuições: (i) atuar como primeira linha de defesa; (ii) garantir que todos os colaboradores sob a sua supervisão tenham conhecimento e pratiquem os preceitos da Política de Gerenciamento de Riscos relacionados à sua área de atuação; (iii) manter o Mapa de Riscos atualizado para cada um dos processos sob sua responsabilidade; (iv) elaborar e manter atualizados os procedimentos relativos aos processos sobre a sua gestão; (v) identificar riscos operacionais em seus processos e implantar controles eficazes para a mitigação dos mesmos e que sejam plenamente evidenciados; (vi) definir e levantar as informações de indicadores de performance (KPI's) para os processos;

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(vii) propor e implementar os planos de ação para aprimoramento dos processos e controles; e (viii) revisar anualmente os processos sobre a sua gestão, com foco em procedimentos, riscos e controles.

### ***c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada***

Considerando a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, bem como as atribuições de cada um dos órgãos envolvidos no processo de identificação, mapeamento e mitigação de riscos descritos nos itens anteriores, a Administração da Companhia entende que a atual estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos.

## 5.2 Descrição dos controles internos

### ***a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las***

Nossos procedimentos de controles internos são um conjunto de processos que visam a fornecer uma garantia razoável sobre a confiabilidade da informação contábil e financeira, bem como a elaboração de demonstrações contábeis para fins externos em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos.

Os principais objetivos dos nossos controles internos são: (i) manutenção de registros que, em detalhe razoável, de forma rigorosa e justa, registra transações e disposições dos ativos da empresa, (ii) fornecimento de segurança razoável de que transações são registradas conforme necessário para permitir a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e que as receitas e despesas da empresa estão sendo reconhecidas somente de acordo com autorizações da nossa administração, e (iii) fornecimento de uma garantia razoável relativas à prevenção ou detecção e impedimento de alienação não autorizada, de ativos da companhia que poderia ter um efeito significativo nas demonstrações contábeis.

Em um primeiro nível, utilizamos em nossas operações sistemas padronizados que requerem aprovações e possuem alçadas parametrizáveis, como o nosso TMS (Transportation Management System), ERP (Enterprise Resource Planning), SAP Hanna, SE (Soft Expert) e Plataforma Digital, e que possuem um controle de acesso protegido por senhas e firewalls. Nosso TMS conta com um controle de margens, baseado em tabelas de preços pré-cadastrados e parâmetros definidos pela nossa administração central, de forma que as diversas filiais não têm autonomia para a emissão de documentos fora dos parâmetros aprovados. Os processos de registros contábeis manuais, adiantamentos, prestação de contas e reembolsos são realizados através de aprovações no SE, assim como o aceite de notas fiscais referente ao processo de compras, de forma que qualquer pagamento ou lançamento na contabilidade precise passar por revisão e aprovação.

Em um segundo nível utilizamos controles diários de faturamento, indicadores operacionais, pagamentos e recebimentos, que permitem aos gestores monitorar a evolução quase em tempo real, e identificar movimentações atípicas.

Em um terceiro nível utilizamos reuniões de resultados mensais, onde os gestores prestam contas dos seus resultados aos diretores das unidades de negócio, comparando resultados realizados com o orçamento e com os resultados de meses anteriores e meses de anos anteriores.



## 5.2 Descrição dos controles internos

### ***b) as estruturas organizacionais envolvidas***

Contamos com uma área de auditoria interna que é responsável por aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia, por meio da realização de auditorias nas diversas operações, verificação do cumprimento dos procedimentos operacionais existentes, bem como validação do atendimento a legislação vigente. Nos termos do Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar as atribuições da área de auditoria interna. A área de auditoria interna se reporta ao Conselho de Administração, conforme aprovado pelo Conselho de Administração em 15 de janeiro de 2020, permanecendo com o mesmo formato em 2023.

O orçamento da área de auditoria interna para o exercício de 2023 foi aprovado pelo Conselho de Administração, tendo sido considerado suficiente para o desempenho de suas atividades.

Em 2020 foi criada uma estrutura exclusiva para a gestão dos controles internos separando as atividades que eram executadas nas áreas de auditoria interna e controladoria, permanecendo ativa em 2023.

Contamos também com um canal de denúncias terceirizado, onde toda denúncia recebida é reportada para a área de compliance, que se reporta para a alta administração. A denúncia é avaliada, respondida e devidamente investigada, se assim necessário.

O Comitê de Auditoria é o órgão de assessoramento ao conselho de administração e tem como responsabilidade principal avaliar a efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento de riscos. É também responsável por monitorar a integridade das demonstrações financeiras, bem como as qualificações e independência da auditoria interna na execução de suas atividades.

### ***c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo acompanhamento***

A eficiência dos controles é avaliada através das auditorias internas, realizadas pela área de auditoria interna, e reportada para toda diretoria, onde o gestor da área auditada deve elaborar plano de ação específico para sanar eventuais falhas nos processos. Os resultados das auditorias também são apresentados ao Comitê de Auditoria, órgão para o qual a área de Auditoria Interna se reporta.

Em casos específicos a administração da Companhia pode contratar empresa de consultoria externa para avaliar determinado processo e emitir um relatório de recomendações.

## 5.2 Descrição dos controles internos

Os principais indicadores e resultados da empresa são apresentados mensalmente pelos diretores de unidade de negócio para o Diretor Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e demais Diretores Executivos, situação onde é possível identificar eventuais desvios e definir ações corretivas ou de aprofundamento do processo. Os resultados consolidados são apresentados mensalmente pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Administrativo Financeiro ao conselho de administração da Companhia, o qual pode deliberar para o aprofundamento e detalhamento de qualquer processo ou indicador das unidades de negócio.

A Companhia recebe anualmente do auditor uma carta de controles internos, a qual é apresentada ao Conselho de Administração, devendo a administração da Companhia apresentar plano de ação tempestivo para o saneamento de eventuais falhas nos processos.

Adicionalmente, em 2019 a Companhia iniciou um processo de mapeamento de riscos em seus controles internos com consultoria externa de forma a identificar e eliminar possíveis riscos adicionais não identificados na auditoria interna. A partir de 2020 com a contratação do Gerente de Riscos e Controles Internos, a revisão do mapeamento foi realizada de forma periódica, utilizando-se das diretrizes estabelecidas no modelo proposto pelo COSO, com apresentação dos resultados para o Diretor Presidente e demais Diretores e para o Comitê de Auditoria, conforme estabelecido na Política de Gerenciamento de Riscos. O processo seguiu com revisão e reports mensais para o Diretor Presidente.

***d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente***

Alguns aspectos relacionados a controles internos foram entendidos pelos auditores independentes como deficiências passíveis de melhoria e aprimoramento. Essas deficiências estão limitadas aos itens identificados e descritos no respectivo relatório de auditoria, relativo ao período findo em 31 de dezembro de 2023, conforme detalhado abaixo:

### **1. Procedimentos de leitura, revisão e aprovação de contratos**

#### ***Situação observada***

Durante a condução dos negócios o Grupo se torna parte em contratos das mais variadas naturezas. Estes contratos formalizam as relações (como por exemplo, mas não limitado ao objeto da contratação, remuneração, responsabilidades, direitos, etc.) do Grupo e do terceiro (outra parte). Sendo assim, o processo de leitura, revisão e aprovação de contratos é de extrema importância para garantir que tais contratos reflitam (1) a essência do objeto, (2) as responsabilidades das partes e (3) os demais

## 5.2 Descrição dos controles internos

aspectos técnicos e comerciais da contratação nas condições esperadas e aprovadas pelo Grupo através de seus administradores.

Durante o período de três meses findo em 30 de junho de 2023, mais especificamente no dia 13 de abril de 2023, o Grupo, através de seus administradores, se tornou parte em um contrato de prestação de serviços especializados de colheita florestal, abrangendo as atividades de derrubada e processamento mecanizado, baldeio e, quando aplicável, a roçada pré-corte e derrubada manual de árvore com um relevante cliente. O referido contrato de número C2023/169, foi assinado pelos administradores do Grupo, contudo o documento apresentava:

- Informações inconsistentes entre o corpo do contrato e seus anexos (como por exemplo, o valor residual ao final do contrato de determinados ativos estava diferente entre o contrato e o anexo do contrato); e
- A existência de cláusulas contratuais restritivas (*covenants* financeiros) a serem mantidos pelo Grupo em relação ao cumprimento de determinados índices financeiros, que se não cumpridos, dão o direito do cliente, unilateralmente, encerrar o contrato e exercer as garantias. Neste caso em específico, um dos indicadores, na data da assinatura do contrato, já se encontrava descumprido.

Ainda, a existência destas cláusulas contratuais restritivas não foi capturada e levadas ao conhecimento da controladoria e contabilidade, que então acabou não tendo a possibilidade de fazer uma avaliação financeira e contábil dos potenciais impactos, por exemplo, da quebra de determinado índice financeiro. Tampouco, a situação de quebra do covenant, que poderia levar à descontinuidade do contrato e um impacto financeiro relevante para a Companhia, foi apresentada ou era de conhecimento dos níveis mais altos da governança da Companhia, como o Comitê de Auditoria e Conselho de Administração.

Durante o último trimestre do ano, novos contratos da mesma natureza foram celebrados entre as partes e, conseqüentemente, apresentaram os mesmos erros dos anteriores.

### **Recomendação**

Recomendamos que a Administração desenhe e implemente controles capazes de garantir que todos os contratos sejam adequadamente lidos, revisados e aprovados pelos níveis hierárquicos apropriados, entre eles, mas não limitado, ao departamento jurídico, departamento financeiro, departamento contábil, departamento técnico responsável pela contratação, entre outros. Adicionalmente, recomenda-se que contratos relevantes sejam aprovados pelo Conselho de Administração.

## 5.2 Descrição dos controles internos

### ***Possíveis efeitos***

A assinatura de contratos sem uma revisão e aprovação hierárquica adequada expõe o Grupo aos mais diversos riscos de negócio, entre eles, risco financeiro, risco legal e risco operacional, e erros materiais em suas demonstrações financeiras.

### **2. Procedimentos de avaliação da capacidade do Grupo continuar em operação (continuidade operacional)**

#### ***Situação observada***

Conforme determina o CPC 26.25 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis:

"...

*Quando da elaboração das demonstrações contábeis, a administração deve fazer a avaliação da capacidade da entidade continuar em operação no futuro previsível.*

..."

Ao avaliar se o pressuposto de continuidade é apropriado, a Administração deve levar em consideração toda a informação disponível sobre o futuro, que é o período mínimo (mas não limitado a esse período) de doze meses a partir da data do balanço.

Durante a revisão das informações financeiras do trimestre findo em 30 de junho de 2023 e auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração elaborou e apresentou à equipe de auditoria um primeiro memorando de continuidade operacional como forma de cumprir com o disposto na norma citada acima. Entretanto, o referido memorando não contemplava algumas das informações requeridas pela norma, dentre as quais destacamos:

- Ausência de apresentação de cenários prováveis e cenários adversos (cenários de "stress");
- Ausência de documentação suficiente e apropriada sobre as linhas de crédito disponíveis na data da avaliação;
- Ausência de documentação suficiente e apropriada para explicar as variações nos estudos apresentados nos últimos períodos de reporte com os resultados reais do Grupo; e
- Ausência de documentação suficiente e apropriada para sustentar determinadas projeções, em especial, do incremento de margens operacionais.

## 5.2 Descrição dos controles internos

Em especial, além dos pontos citados acima, o estudo apresentado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 apresentava ainda uma conclusão em desacordo com conclusão da Administração divulgada em notas explicativas.

Após a discussão dos pontos descritos acima a Administração revisitou o estudo e apresentou um segundo memorando endereçando os assuntos descritos acima.

### ***Recomendação***

Recomendamos que o memorando que documenta a avaliação da Administração se o pressuposto de continuidade operacional é adequado, seja elaborado em conexão com o fechamento contábil do período de reporte e inclua todos os aspectos relevantes considerados pela Administração na referida avaliação, inclusive suportada por documentação apropriada e suficiente para as conclusões atingidas. Adicionalmente, a referida avaliação deve ser submetida à revisão dos órgãos de governança (Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, entre outros) com as devidas aprovações.

### ***Possíveis efeitos***

A ausência de uma análise completa e apropriada do adequado uso do pressuposto da continuidade expõe o Grupo à uma eventual adoção de política contábil inadequada nas demonstrações financeiras, além de impedir a visibilidade de cenários adversos e o planejamento de ações de curto e médio prazo da Administração e dos Responsáveis pela Governança.

## **3. Constituição de ativo diferido sobre prejuízo fiscal sem expectativa de realização**

### ***Situação observada***

Conforme mencionado na nota explicativa nº 31(c) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2023 apresenta no ativo não circulante Impostos Diferidos no montante de R\$ 116.211 mil e R\$ 136.233 mil, respectivamente, e apresenta no resultado do exercício individual e consolidado, uma receita de Imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$ 67.698 mil e R\$ 76.831 mil, respectivamente, representados substancialmente por prejuízos fiscais acumulados. Conforme determina o CPC 32/IAS 12 – Tributos sobre o Lucro, um ativo fiscal diferido deve ser reconhecido somente na medida em que tenha diferenças temporárias tributáveis suficientes ou existam outras evidências convincentes de que haverá disponibilidade de lucro tributável suficiente para compensação futura dos prejuízos fiscais. Face a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, não é possível afirmar ser provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra

## 5.2 Descrição dos controles internos

os quais os prejuízos fiscais não utilizados e créditos fiscais não utilizados possam ser utilizados de acordo com o exigido pelo CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro.

### ***Recomendação***

Recomendamos que a Administração considere os aspectos técnicos apresentados acima na mensuração dos impostos diferidos ativos reconhecidos (ou a serem reconhecidos) pelo Grupo.

### ***Possíveis efeitos***

Ativos reconhecidos em desacordo com os requisitos técnicos.

## **4. Fragilidade no controle dos contratos de arrendamento da Companhia**

### ***Situação observada***

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos determina as regras para reconhecimento inicial e mensuração subsequentemente de contratos que detenham arrendamentos. Durante os procedimentos de auditoria, identificamos fragilidades nos controles referentes às rotinas de apuração e contabilização de determinados contratos. Dentre as fragilidades citadas, destacamos:

- Cálculo manual do valor do ativo de direito de uso, passivo de arrendamento, despesas financeiras relacionadas ao passivo de arrendamento e depreciação do direito de uso. Os cálculos são realizados manualmente, através de planilhas eletrônicas, que não possuem o mesmo formato e padrão.
- Fragilidade na organização das planilhas de cálculo do direito de uso. Na primeira solicitação das planilhas dos cálculos dos arrendamentos, notamos que no controle inicialmente disponibilizado pela Administração determinados contratos não haviam sido incluídos, como por exemplo [inserir exemplos]. Conforme informado pela Administração, isto ocorreu pois o controle desses contratos estava localizado em diferentes pastas na rede da Companhia. Com isso ocorreu retrabalho no processo de auditoria de validação dos contratos de arrendamento.
- Ausência de conferência geral dos saldos de arrendamentos em aberto (conforme as planilhas de cálculo) vs saldo contábil registrado. Ao confrontamos as planilhas de cálculo (saldo estático do ativo e passivo em 31/12/2023, despesas financeiras e depreciação incorridas no exercício) com o saldo contabilizado, notamos divergências entre o controle disponibilizado e o valor efetivamente registrado.

## 5.2 Descrição dos controles internos

Em 31 de dezembro de 2023, identificamos contratos contabilizados na controladora BBM Logística S.A, que haviam sido encerrados durante o mês de outubro, como por exemplo os contratos da Klabin (01, 08, 10, etc.)e, portanto, deveriam ter sido desreconhecidos contabilmente. Como consequência desse assunto, o time de auditoria solicitou a revisão completa da base de contratos do Grupo para a Administração, o resultado dessa revisão resultou nos seguintes ajustes corrigidos pela Administração:

- Desreconhecimento de passivo de arrendamento e direito de uso de ativo no valor aproximado R\$ 19.000 mil;
- Depreciação lançada sobre o ativo de direito de uso, referente à 3 meses que o contrato deveria ter sido baixado e não foi no valor de 2,3 milhões;
- Juros registrado a maior no resultado do exercício em valor aproximado de R\$ 500 mil;
- Despesas administrativas registradas a menor no valor aproximado de R\$ 2.800 mil;
- Especificamente na controlada Translovato, passivo de arrendamento registrado a menor e fornecedores registrado a maior no valor aproximado de R\$ 6.800 mil.

### **Recomendação**

Para evitar esses problemas, é importante que a Administração estabeleça um processo de controle dos contratos de arrendamento. Isso pode incluir a definição de responsabilidades, a definição de critérios para o controle dos contratos e a documentação dos procedimentos. Além disso, pelo alto volume de contratos de aluguéis que a Companhia possui, o ideal seria sistematizar o processo através de um sistema de informação.

### **Possíveis efeitos**

A fragilidade no controle dos contratos de arrendamento pode levar a erros na contabilidade, afetando a precisão das informações financeiras do Grupo. Além disso, essa falta de controle pode resultar em prejuízos financeiros, caso a Companhia deixe de pagar aluguéis ou não realize a renovação de contratos, por exemplo.

## **5. Reconhecimento contábil de ativos contingentes (tema gross-up do ICMS na base do Pis e COFINS)**

### **Situação observada**

Durante o exercício a Administração, com base em opinião de seus assessores jurídicos, reconheceu o montante aproximado de R\$ 6.800 mil de créditos relacionados ao tema gross-up do ICMS na base do Pis e COFINS, sendo aproximadamente R\$ 1.800 mil na controladora BBM Logística e o restante nas controladas Translovato e Diálogo. Entretanto, dado às características e incertezas

## 5.2 Descrição dos controles internos

relacionadas à esse crédito, tais valores são considerados ativos contingentes conforme as definições do CPC 25 / IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

O tema inclusive foi motivo de revisão da Circular 07.2021-RI do IBRACON.

Após a discussão do tema com a Administração e demais membros da Governança Corporativa, a Administração decidiu pelo desreconhecimento dos créditos registrados na controladora BBM Logística e manutenção dos créditos registrados nas controladas Translovato e Diálogo.

### ***Recomendação***

Recomendamos que a Administração considere as definições do CPC 25 / IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes na avaliação do tema.

### ***Possíveis efeitos***

Riscos fiscais (por exemplo: multas) relacionado à não concordância das autoridades tributárias em relação aos procedimentos adotados pelo Grupo e, adicionalmente, reconhecimento de ativos em desacordo com as definições do CPC 25 / IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

## **6. Parâmetros incorretos na mensuração do ajuste de corte das receitas**

### ***Situação observada***

O Grupo realiza, a cada fechamento de trimestre, a mensuração do ajuste de corte das receitas em linha com o cumprimento da obrigação de performance para cada serviço prestado.

A mensuração deste ajuste é realizada através de planilhas eletrônicas com informações exportadas do sistema e, posteriormente, são incluídos inputs manuais pelos colaboradores responsáveis. Durante a auditoria nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, identificamos as seguintes deficiências na planilha base do cálculo e, conseqüentemente, no ajuste registrado pela Administração:

- Na planilha de ajuste do corte das receitas, da controladora BBM Logística, do segmento Transport Management (TM) foram incluídas notas referentes ao segmento Dedicados (DCC), impactando o ajuste em aproximadamente R\$ 600 mil posteriormente corrigido pela Administração;
- Na planilha de ajuste do corte das receitas, da controlada Translovato, foram utilizadas datas de entrega divergentes das datas reais, impactando o ajuste em aproximadamente R\$ R\$ 2.000 mil;



## 5.2 Descrição dos controles internos

- Na planilha de ajuste do corte das receitas, da controlada Diálogo, foram incluídos itens relacionados às operações para as quais o faturamento ocorre somente após o cumprimento da obrigação de performance e, consequentemente, não deveriam ser considerados como ajuste de corte das receitas, mas sim, como serviços prestados e ainda não faturados.

### ***Recomendação***

Recomendamos que a Administração desenhe e implemente controles de revisão das premissas utilizadas na mensuração do ajuste de corte das receitas.

### ***Possíveis efeitos***

Reconhecimento inadequado das receitas de serviços prestado.

### ***e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas***

#### **1. Procedimentos de leitura, revisão e aprovação de contratos**

##### ***Comentários da Administração***

A administração implementou em setembro de 2023 os procedimentos de leitura, revisão e aprovação de contratos para garantir que todos os contratos sejam adequadamente analisados e aprovados pelos níveis hierárquicos apropriados, e em todos os aspectos relevantes, incluindo a revisão dos departamentos jurídico, financeiro, e áreas técnicas. Adicionalmente, já consta estabelecido no estatuto do grupo as devidas alçadas de aprovação que incluem Diretores Executivos e em casos específicos o Conselho de Administração.

Ainda, o departamento comercial fica responsável por circular e acompanhar o processo de validação e assinatura de contratos e aditivos estabelecidos com nossos clientes.

#### **2. Procedimentos de avaliação da capacidade do Grupo continuar em operação (continuidade operacional)**

##### ***Comentários da Administração***

A Administração, atendendo as orientações da norma técnica e recomendações da auditoria externa, em tempo, revisitou o referido memorando esclarecendo os questionamentos apresentados, relacionados no parágrafo 2 desta recomendação, sendo que o tema foi pacificado e não gerando interferência no cumprimento dos prazos dos trabalhos de revisão das demonstrações financeiras de 31 de dezembro

## 5.2 Descrição dos controles internos

de 2023. Todavia a Administração segue com os esforços necessários para manter a Companhia em regime normal de suas operações, bem como aprimorando o processo de coleta de dados e informações tempestivamente, de modo a elaborar e apresentar, em tempo e de modo completo, o referido memorando em conexão ao fechamento contábil dos períodos de reporte.

### **3. Constituição de ativo diferido sobre prejuízo fiscal sem expectativa de realização**

#### ***Comentários da Administração***

A Administração discorda do comentário do auditor pois realizou estudo técnico em dezembro de 2023 sobre consumo de créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, tomando por base a geração de lucros tributáveis futuros, o qual é revisado periodicamente.

Em sua última revisão em dezembro de 2023, foi observado que o valor dos ativos fiscais diferidos pode ser consumido pelos lucros tributáveis futuros de forma integral nos próximos 10 anos, dado que não é definido prazo de realização pelo CPC 32 do imposto de renda diferido no caso do Grupo BBM projetamos 10 anos. Dessa forma, foram reconhecidos os ativos fiscais diferidos provenientes de prejuízo fiscais que não estavam sendo constituídos desde junho de 2022 na controladora BBM e na controlada Translag. Neste cenário, entende-se comprovadamente, que não há risco de continuidade operacional, assim como tem aplicado continuamente ações a fim de garantir a majoração da margem dos negócios da Cia e o cumprimento das projeções sobre as quais baseia-se o estudo de realização dos créditos tributários.

### **4. Fragilidade no controle dos contratos de arrendamento da Companhia**

#### ***Comentários da Administração***

A Administração implementou em julho de 2023 processo de revisão dos cálculos e conciliação das planilhas de controle dos contratos com os saldos contábeis.

Adicionalmente a Administração adquiriu uma ferramenta para automatização dos controles sobre os contratos de arrendamento, e iniciou revisão do mapeamento do processo do IFRS16, com o objetivo de definir responsáveis e entregáveis de qualidade, com prazo de conclusão em set/2024.

### **5. Reconhecimento contábil de ativos contingentes (tema *gross-up* do ICMS na base do PIS e COFINS)**

#### ***Comentários da Administração***

A Administração entende que as recomendações da Circular 07.2021-RI do IBRACON são direcionados para os trabalhos de auditoria externa, sendo que a Cia segue as regras da CVM e CFC, mesmo assim a circular do IBRACON menciona que o ativo era tratado como ativo contingente somente para os valores que não haviam sido

## 5.2 Descrição dos controles internos

compensados, sendo que na data do parecer os ativos já haviam sido compensados pela administração. A administração obteve Legal Opinion dos escritórios Gaia, Silva e Gaede e Machado Meyer, os quais mencionaram que a chance de êxito é possível com tendência a provável. , inclusive o escritório Gaia, Silva e Gaede esclareceu que não se tratava de ativo contingente como considerado pelo auditor.

Cabe ressaltar que todas as empresas do grupo, para as quais foram aplicadas esta metodologia, constam com trânsito em julgado das ações originais, não cabendo, portanto, novo Mandado de Segurança, dado que o direito já está assegurado para as empresas em questão.

Tendo em vista que a Cia conta com parecer legal de dois diferentes escritórios de advocacia, que apresentam argumentos sólidos para considerar tais ativos realizáveis, fato que corrobora com a utilização integral dos créditos tributários em momento posterior, as empresas optaram pela contabilização dos créditos no resultado do 4º Trimestre de 2023 para as controladas e no primeiro Trimestre de 2024 para a controladora.

## 6. Parâmetros incorretos na mensuração do ajuste de corte das receitas

### ***Comentários da Administração***

A Administração possui controle eficiente sobre comprovante de entregas, uma vez a maioria das confirmações de entregas são realizados de forma eletrônica (via aplicativo), identificando data e hora exata da entrega. Entretanto, a Companhia ainda possui operação em que a comprovação de entrega é através de canhoto físico, assinado pelo recebedor. As informações destes canhotos físicos são então digitadas manualmente em nosso sistema.

Desta forma, a administração confirma que existe controle e possui diversos relatórios que suportam o cálculo do cut-off, proveniente dos sistemas. Adicionalmente a administração está investindo na Plataforma Digital, sistema que consolidará todas as confirmações de entregas de forma eletrônica, eliminando risco de erros. De forma corretiva, a Companhia irá treinar até setembro/2024 o time que faz os lançamentos de canhotos manuais.

### 5.3 Programa de integridade

**a) se a Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

*(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas*

A Companhia desenvolveu, além de seu Código de Ética e Conduta, políticas voltadas à inibição, detecção e remediação de qualquer ilícito, como sua Política Anticorrupção aprovada em outubro de 2018. Ainda, disponibilizou um canal de denúncias a cargo de terceiros, onde são registradas denúncias, inclusive em sigilo, visando a coibir qualquer prática ilegal.

O Código de Ética e Conduta é orgânico, portanto, está em constante desenvolvimento, quaisquer alterações necessárias serão avaliadas pelo Comitê de Ética, que se reunirá com o fim de deliberar sobre possíveis alterações no Código anualmente.

*(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes*

Foi criado em 2021 a Comissão Interna de Integridade e Ética, o qual tem o objetivo de analisar e administrar as consequências para atos que afrontem os valores e condutas do Código de Ética e Conduta e se reporta a área de Compliance. A Comissão é constituída por 3 (três) membros titulares e 2 (dois) membros suplentes.

- A Comissão Interna de Integridade e Ética tem autonomia para administrar as consequências e conta com o apoio do Comitê de Auditoria da Companhia. O Comitê de Auditoria reporta diretamente ao Conselho de Administração e, assim como a Comissão Interna de Integridade e Ética, recebe todas as denúncias abertas para assegurar o seu devido tratamento. As medidas precisam ser aplicadas de forma adequada e razoável dentro da política disciplinar da Companhia e no cumprimento da Lei.

*(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:*

A Companhia possui um Código de Ética e Conduta a fim de reforçar os valores éticos que orientam a condução de suas operações.

### 5.3 Programa de integridade

Todas as demais diretrizes da Companhia, formalizadas por meio de suas políticas, igualmente se alinham e se inspiram no conjunto de valores delineados no Código.

O Código de Ética e Conduta é apresentado por meio do programa de integração.

A Comissão Interna de Integridade e Ética, ao deliberar anualmente sobre possíveis alterações no Código, também decidirá a necessidade da realização de novos treinamentos formais de comparecimento obrigatório para atualização dos colaboradores ao conteúdo do Código.

As demais políticas serão objeto de treinamento específico conforme cronograma da área de desenvolvimento e treinamentos da Companhia, o que ocorre anualmente.]

- *se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados*

O Código deve ser observado pelos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, pelos colaboradores, prestadores de serviços, fornecedores e toda e qualquer parte que tenha relação comercial ou operacional com a Companhia.

- *as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas*

As condutas que desrespeitam os valores e comportamentos delineados no Código serão disciplinadas de acordo com o procedimento de Medida Disciplinar da Companhia, podendo o infrator ser penalizado desde a aplicação de advertência oral até uma possível demissão por justa causa, conforme parâmetros estabelecidos na política.

- *órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado*

O Código foi aprovado pela Presidência da Companhia em 22 de outubro de 2018 e suas revisões anuais passam também por validação do mesmo órgão de governança.

O Código pode ser consultado na seguinte página da internet:  
[www.bbmlogistica.com.br](http://www.bbmlogistica.com.br).

***b) se a Companhia possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:***

A Companhia implementou um portal autônomo de denúncias, ou seja, a cargo de terceiros, disponibilizado no site da Companhia pelo link [www.bbmlogistica.com.br](http://www.bbmlogistica.com.br)

### 5.3 Programa de integridade

ou por meio do disk denúncia – 0800 721 1402, por email: [BBM@RELATOCONFIDENCIAL.COM.BR](mailto:BBM@RELATOCONFIDENCIAL.COM.BR) – ou mesmo por meio do Link <https://relatoconfidencial.com.br/bbm/> , onde todos, inclusive terceiros, podem:

- Esclarecer dúvidas em relação a quaisquer disposições contidas no Código de ética e conduta da Companhia;
- Ter garantido que as denúncias serão apuradas, e aquelas que tiverem uma base fundamentada serão conduzidas e serão aplicadas as diligências cabíveis no âmbito do Comitê de Ética;
- Ter assegurado o direito ao anonimato das denúncias, mesmo que a denúncia não seja feita de forma anônima. Independentemente do resultado da apuração, a Companhia empreenderá todos os esforços para que não aconteça qualquer forma de retaliação contra o denunciante.

As denúncias reportadas ao Canal de Denúncias são recebidas por empresa independente, que faz a triagem e direciona de acordo com a matriz de responsabilidades definida pela área de compliance. Após a triagem são enviadas imediatamente para as equipes de investigação que farão a avaliação e tratativa de cada caso. As equipes de investigação se reportam a área de Compliance que se reporta para o Conselho de Administração.

*(i) se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros*

A gestão do Canal de denúncias é mista, onde o terceiro recebe e faz a triagem dos relatos recebidos, direcionando para as equipes de avaliação. Após recebimento das denúncias e em conformidade com a Política de Investigações Internas, as equipes dão sequência as análises e tratativas.

*(ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados*

O Canal de denúncias está aberto para recebimento de denúncias de fornecedores, clientes, comunidade e demais interessados em acessá-los, sendo garantida a anonimização, sigilo e confidencialidade do manifestante em todas as etapas que o relato percorre até sua conclusão.

*(iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé*

O Canal de denúncias é munido das opções de anonimização, sigilo e confidencialidade, característicos do processo de tratativa de relatos, em conformidade com a Política de Investigações internas do grupo BBM.

### 5.3 Programa de integridade

*(iv) órgão da Companhia responsável pela apuração de denúncias*

A área de Compliance é responsável pela apuração de denúncias ou pela definição de equipe especializada quando necessário, em conformidade com a Política de investigações internas do grupo BBM.

***c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas***

*Não houve casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.*

***d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido***

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito, a Companhia adota regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

## 5.4 Alterações significativas

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta, tampouco na política de gerenciamento de riscos adotada.



## 5.5 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores. Sendo assim, não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação à seção 5 do Formulário de Referência.